Ata de Reunião do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, de 07 de outubro de 2026, de acordo com a Lei nº 635/97, alterada parcialmente pela Lei nº 2.538/2020, regulamentada pelo Decreto nº 1683/2022. Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 16h15min, os membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, nomeados pelo Decreto nº 1749/2023, alterado parcialmente pelo Decreto nº 2482/2026, reuniram-se na Secretaria Municipal de Turismo, localizada na Avenida Dr. Arthur Costa Filho, nº 25, Centro, na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo. A reunião foi iniciada com a Presidente cumprimentando os Conselheiros e convidados presente, conforme lista de presença, bem como a Secretária Adjunta de Governo Bianca Colepicolo. No início da reunião, foi verificado que o número presente não alcançava o quórum mínimo para a realização de deliberações. Dessa forma, os assuntos que dependessem de votação ou aprovação permanecerão para apreciação na próxima reunião. A Presidente passou a palavra para a Secretára Adjunta de Governo Bianca Colepicolo e a de Turismo Maria Flávia Zanchetta para tratar dos assuntos relacionados à composição do Conselho, ao cenário orçamentário municipal, à gestão dos recursos do Fundo Municipal de Turismo e ao planejamento das ações para a próxima temporada turística. Na sequência, discutiu-se a composição do COMTUR e a proximidade do encerramento dos mandatos das cadeiras, previsto para janeiro de 2027. Também foi destacada a importância de observar as regras de assiduidade previstas no regimento interno, segundo as quais três faltas consecutivas ou seis faltas alternadas, conforme relatado na reunião, podem acarretar a perda da vaga. Ainda sobre a composição do Conselho, foi discutida a necessidade de revisão das cadeiras e da representação dos diferentes setores, considerando as faltas injustificadas registradas. A Secretária Bianca Colepicolo prestou esclarecimentos sobre a integração administrativa das áreas de Governo e Turismo. Foi explicado que a reorganização decorreu de ajustes na estrutura administrativa municipal e da compreensão de que o turismo integra o eixo de desenvolvimento econômico, mantendo-se a atuação técnica da equipe da Secretaria Municipal de Turismo. Informou-se que a integração busca ampliar a capacidade de elaboração de projetos e captação de recursos, bem como favorecer a articulação entre as áreas. Foi esclarecido que a secretária responsável pela pasta integrada deverá ser mantida informada sobre as ações e demandas da área, sem prejuízo da continuidade das atividades desenvolvidas pela equipe de Turismo. Os conselheiros ressaltaram a importância de que as entidades saibam a quem direcionar dúvidas, sugestões e solicitações. Durante essa discussão, os Conselheiros solicitaram que a Secretaria Municipal de Turismo encaminhe ao Gabinete do Prefeito informações e subsídios relativos à previsão orçamentária do Município para o próximo exercício, de modo a permitir uma análise mais ampla da distribuição dos recursos entre as secretarias municipais. Foi sugerido que o levantamento contemple também as dotações previstas para outras pastas, especialmente aquelas cujos orçamentos foram mencionados pelos participantes como elevados, a exemplo de Planejamento e Tecnologia da Informação (TI), Assuntos Jurídicos e Fazenda. O objetivo apontado foi oferecer elementos para avaliação do cenário orçamentário geral e subsidiar o diálogo institucional sobre a destinação de recursos, inclusive quanto às necessidades e prioridades da política municipal de turismo. O pedido foi registrado como solicitação dos conselheiros, sem caracterizar aprovação de valores ou decisão sobre a alocação orçamentária. Em seguida, foi apresentado panorama do cenário fiscal do Município. Durante a exposição, mencionou-se uma redução mensal nos repasses de royalties do petróleo e a não concretização de receita anual relacionada à taxa de lixo. Foi observado que as restrições financeiras afetam diversas áreas da Administração e reforçam a necessidade de estudar alternativas de financiamento e captação para o desenvolvimento do turismo. Nesse contexto, os participantes discutiram possíveis fontes alternativas de arrecadação, incluindo o cadastramento e a regularização de imóveis destinados à locação por temporada, como aqueles anunciados em plataformas digitais, com o objetivo de ampliar a formalização da atividade e avaliar medidas que promovam concorrência equilibrada com os meios de hospedagem regulares. Também foram retomadas discussões sobre eventual cobrança de taxa de entrada de ônibus de excursão e sobre estudos relacionados à Taxa de Preservação Ambiental ou a instrumentos de contribuição vinculados à atividade turística e hoteleira. Na mesma oportunidade, foi informado que o saldo do Fundo Municipal de Turismo – FUNDTUR era de aproximadamente R$ 250.000,00. Também foram mencionados os custos de impressão de materiais de divulgação, incluindo o Guia 360, cujo valor informado foi de aproximadament R$ 29.000,00, abrangendo materiais diversos e aproximadamente dez mil exemplares

destinados à divulgação junto ao trade turístico e ao público. Na parte relativa ao planejamento da alta temporada, foi apresentada a proposta de implantação das ações denominadas “Verão 360” ou “Férias 360”, com previsão de início em 1º de dezembro. Entre as medidas discutidas estão a ampliação do horário de atendimento da Secretaria Municipal de Turismo até as 22 horas, a disponibilização de informações e pontos de apoio para a comercialização de passeios e experiências, bem como a utilização de totens ou quiosques digitais em centros comerciais. Foi abordada a atualização do Guia 360, com informações objetivas sobre atrativos, roteiros, duração dos passeios e preços, além da possibilidade de utilização de QR Codes e vouchers para facilitar o acesso do visitante aos serviços. Também foi debatida a cooperação com recepções de hotéis para divulgação e venda de passeios, inclusive com a possibilidade de comissionamento, mencionada na reunião como referência de 10%, assunto que dependerá de estruturação e dos ajustes pertinentes. Quanto à programação de Natal, foi discutida a elaboração de chamamento ou edital para incentivar empresas privadas a adotarem e decorarem praças públicas, com contrapartida de divulgação institucional da marca, observadas as regras aplicáveis. Também foram mencionadas a organização de espaço temático, a realização de feira gastronômica, apresentações culturais e musicais e as tratativas para um show especial previsto para o dia 12 de dezembro. As propostas foram apresentadas como ações em planejamento, sujeitas aos procedimentos administrativos necessários. Para o Carnaval, considerando as limitações financeiras para custeio integral das estruturas dos blocos carnavalescos pelo Município, discutiu-se uma proposta de comercialização antecipada de abadás, a partir de dezembro, com apoio das recepções dos hotéis. A ideia apresentada prevê que o visitante que adquirir o abadá receba cupons de desconto para utilização em estabelecimentos gastronômicos, meios de hospedagem e passeios locais, como forma de estimular o consumo e integrar os diferentes setores do turismo. Também foram relatadas iniciativas de captação de recursos por meio de leis de incentivo e patrocínios privados para eventos e projetos turísticos. Os Conselheiros ressaltaram que o turismo deve participar das decisões estratégicas do Município e não ser compreendido apenas como área responsável pela realização de eventos. Destacou-se que o planejamento turístico depende da atuação articulada entre as diversas áreas da Administração e da participação do setor nas decisões que impactam a experiência dos visitantes e a economia local. Como encaminhamentos administrativos, registrou-se a necessidade de comunicar às secretarias e entidades com ausências recorrentes para que confirmem ou atualizem a indicação de seus representantes titulares e suplentes; o encaminhamento de memorando pela Secretaria de Turismo ao Gabinente do Prefeito requerendo informações sobre o orçamento previsto para as outras Secretarias. Ficou consignado, ainda, que as propostas que dependam de votação ou deliberação formal deverão retornar à pauta de reunião futura, após verificação do quórum necessário. Em razão da ausência do quórum mínimo, não foram aprovadas nesta reunião as propostas que dependiam de deliberação. Os assuntos tratados e os encaminhamentos de natureza administrativa foram registrados para acompanhamento, devendo eventuais decisões formais ser submetidas ao COMTUR em reunião posterior, conforme o regimento e as normas aplicáveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Sandra Abril agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 18h30min, determinando que a presente ata fosse lavrada. Após leitura e aprovação, a ata será assinada pela Presidente que presidiu a reunião e pela Secretária Executiva do COMTUR, conforme disposto no Regimento Interno.

Caraguatatuba, 10 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
SANDRA ABRIL
Data: 21/10/2026 11:14:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Sandra Abril
Presidente

gov.br Documento assinado digitalmente
LUANA MARYELLEN MUNIZ MARQUES
Data: 21/10/2026 11:35:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Luana Maryellen Muniz Marques
Secretária Executiva